

Os *Sentidos* da Administração Joanina no Rio de Janeiro: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil (1808-1812)

Marieta Pinheiro de Carvalho (UNIVERSO/PPGH)

Resumo: A transferência da família real para o Estado do Brasil não foi somente um simples deslocamento territorial do poder, implicou numa reordenação das estruturas político-administrativas portuguesas de gestão de todo o império luso na cidade do Rio de Janeiro. Várias instituições foram criadas e outras se constituíram a partir da adaptação das existentes, desencadeando, no conjunto de todos esses acontecimentos, aquilo que hoje se denomina a administração de d. João na América.

O objetivo, ao longo deste trabalho, é examinar os principais eixos da política de d. João VI para a América durante os quatro primeiros anos de permanência no Rio de Janeiro. Tal proposta será realizada a partir da análise de uma instituição central, criada à época: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Essa secretaria foi estabelecida em março de 1808, sendo chefiada inicialmente por d. Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar, até a sua morte em 1817 (depois dele outros ministros foram conde da Barca; Tomás Antonio de Vilanova Portugal). Juntamente com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a Secretaria dos Negócios da Marinha e do Ultramar, ela compunha os três principais órgãos de poder instituídos no Brasil após a chegada do príncipe regente.

Um panorama geral dos temas, bem como do cotidiano da nova capital dos trópicos, durante esse período, pode de ser visualizado pela análise da documentação da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Isso se deve, por um lado, devido ao âmbito de atividades que englobavam seu raio de ação. Com a implantação dessa esfera de poder no Brasil, suas atribuições aumentaram, uma vez que passou a gerir também o território pertencente à América portuguesa, o qual, anteriormente, competia ao campo de atuação da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos. De outro, procede em consequência do papel exercido por seu secretário – ministro assistente do despacho do rei – o qual era igualmente responsável pela coordenação das atividades dos demais órgãos de poder. Esses dois fatores transformavam a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil no principal órgão administrativo estabelecido na nova Corte. Por meio dessa instituição, pode-se observar, de forma mais ampla, os principais eixos da administração joanina ao longo dos anos de permanência nos Estados do Brasil.

O estudo da ação administrativa da Secretaria de Estado foi realizado por meio da investigação de seus ofícios com intuito de mapear que tipo de questões e ações transpareceu no exercício cotidiano de suas atividades. A partir do conceito de *ação administrativa* de Guerreiro Ramos, procurou-se definir o *sentido* dessa administração instalada no Rio de Janeiro durante os quatro primeiros anos de permanência, momento no qual se percebe mais propriamente a acomodação nos trópicos. Esse texto é uma pequena parte da minha tese de doutorado defendida em 2010 sobre esse órgão de poder.

Palavras-chave: história administrativa; d. João VI; ação política

A transferência da família real para o Estado do Brasil não foi somente um simples deslocamento territorial do poder, implicou numa reordenação das estruturas político-administrativas portuguesas de gestão de todo o Império luso na cidade do Rio de Janeiro. Várias instituições foram criadas e outras se constituíram a partir da adaptação das existentes, desencadeando, no conjunto de todos esses acontecimentos, aquilo que hoje se denomina a administração de d. João na América.

Um panorama geral dos temas, bem como do cotidiano da nova capital dos trópicos, durante esse período, pode de ser visualizado pela análise da documentação da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil. Isso se deve em função ao âmbito de atividades que englobavam seu raio de ação.

Estabelecida por d. João dias depois de chegar ao Rio de Janeiro, juntamente com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, compunha os três principais órgãos de poder instituídos no Brasil, dentro da nova estruturação do Estado, organizada e desenvolvida, depois do reinado de d. José I, com a atuação do seu primeiro ministro, o marquês de Pombal.

No processo de reorganização administrativa portuguesa levado adiante após esse período e continuado nos reinados mariano e joanino, as Secretarias de Estado e o Erário Régio ganharam um papel de destaque como centralizadoras do poder régio, em detrimento dos Conselhos e Tribunais. Dentre elas evidencia-se a importância da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Ainda que os demais ministérios tivessem uma autonomia, tal Secretaria concentrava as decisões, perpassando tudo por ela antes de chegar ao rei.

¹ No referente à Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, a importância deste gabinete, inicialmente assumido por d. Fernando José de Portugal e Castro, pode ser denotada em uma crítica de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, a respeito de seu ordenado, quando afirmou que “o conde de Aguiar é o paralisador de tudo”.² Um exame da correspondência desse órgão confirma sua relevância como eixo encaminhador das decisões, percebida tanto pela diversidade de destinatários que ele abrigou, quanto pelo fato de que todos os assuntos relativos à organização do Estado português, durante os anos iniciais de permanência no Rio de Janeiro, integraram o âmbito da sua ação administrativa. Nesse sentido, entender a administração lusitana a partir da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil permite uma dimensão mais alargada que faculta melhor compreender o governo constituído por d. João na América, bem como quais foram os seus alvos.

Com a implantação dessa esfera de poder no Brasil, suas atribuições aumentaram, uma vez que passou a gerir também o território pertencente à América portuguesa, o qual, anteriormente, competia ao campo de atuação da Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos. O papel exercido por seu secretário – ministro assistente do despacho do rei – igualmente responsável pela coordenação das atividades dos demais órgãos de poder também transformava tal Secretaria em um espaço centralizador das atividades.

Dois fatores – âmbito de atividades referentes ao raio de ação e papel do Secretário - transformavam a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil no principal órgão administrativo estabelecido na nova Corte. Por meio dessa instituição, pode-se observar, de forma mais ampla, os eixos seguidos pela administração joanina ao longo dos anos de permanência nos Estados do Brasil.

Importa, ao longo das próximas páginas, fazer um exame sobre a ação administrativa desse órgão, no referente à sua atividade sobre a América portuguesa. Para isso, entende-se a ação administrativa, como uma “modalidade da ação social, dotada de racionalidade funcional, e que supõe estejam os seus agentes, enquanto a exercem, sob a vigência predominante da ética da responsabilidade.”³ A ética da responsabilidade, definida por

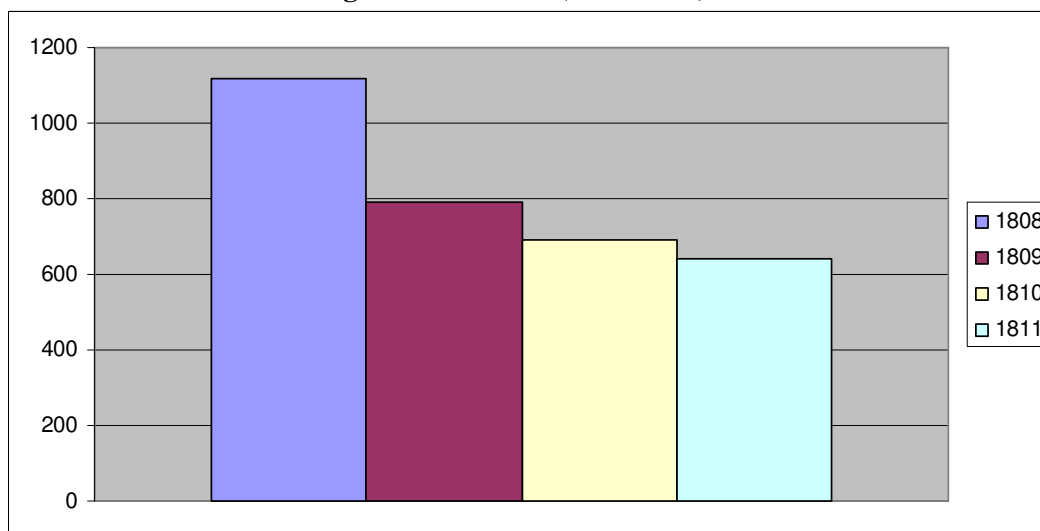
Weber, diz respeito à consecução de ações que tem por objetivo um fim específico, ou seja, “um sentido”, que, no caso pesquisado, interpreta-se por organizar a estrutura de governo na América. Tendo-se em mente as afirmações de que não é possível compreender a ação administrativa a partir de um fato isolado, mas sim relacionada à totalidade, na qual

o sentido desta ação não é imanente, não se destina a ser apreendido pela sua contemplação isolada, como um estado íntimo do sujeito. É um sentido relacionado, referido a circunstâncias, elementos e condutas de terceiros. Evidentemente varia o grau de consciência que o sujeito tem desse sentido. De ordinário, a ação administrativa é exercida de modo rotineiro, sendo a consciência de seu sentido máxima nos momentos críticos, ante a interferência de perturbações súbitas, ou diante do imperativo de reformas e reorganizações.⁴

As considerações apresentadas de que a administração se faz rotineiramente e de que seu *sentido* somente transparece “diante do imperativo de reformas e reorganizações”, levou a estruturação deste estudo, sobre a ação administrativa da Secretaria de Estado, por meio de uma análise de seus ofícios, de modo a mapear o tipo de questões e de ações que se manifesta, no exercício cotidiano de suas atividades. O objetivo percorrido foi definir o *sentido* dessa administração instalada no Rio de Janeiro durante os quatro primeiros anos de permanência, momento no qual se percebeu mais propriamente a acomodação da Corte nos trópicos. As balizas temporais justificam-se entre o ano de 1808, com a chegada da família real que envolveu a necessidade de instalação imediata e, por conseqüência, uma intensa atividade dos trabalhos nessa instituição – e 1812 (janeiro), cujo marco simbólico foi a morte de d. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, um dos mais ativos destinatários e correspondentes desta Secretaria de Estado.

Para isso, foram analisados 3246 ofícios expedidos por esse órgão, distribuídos anualmente conforme o gráfico abaixo.⁵ Por um exame imediato desses números, verifica-se que os dois primeiros anos foram aqueles com mais correspondências, as quais decresceram, conforme o passar do tempo. O ano de 1808, momento da instalação, evidenciou-se como principal, em termos de ofícios enviados. Isso denota que, quanto mais a Corte acomodou-se nos trópicos, menor foi a atividade do órgão, sendo mais um indício da sua importância no processo de organização político-administrativa do governo joanino na América.

Gráfico 1:
Ofícios Despachados Pela Secretaria De Estado
Dos Negócios Do Brasil (1808-1811)



Fonte: ANRJ. *Série Interior*, códigos IJJ1 155 e IJJ1 1772.

Para melhor facilitar a delimitação de esferas de atuação da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, separaram-se primeiramente os ofícios por destinatário/instituições. (ver tabela 1)⁶ Logo de início, essa aglutinação demonstrou a existência de algumas esferas que concentravam uma intensa quantidade de correspondências, em detrimento de outras, o que foi considerado como um dos elementos definidores de prioridades de governo. Assim, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens encabeçou a lista, como principal correspondente, com 939 ofícios, o equivalente a 28,92 % do total. Destaca-se nesse número, o fato de 746 ofícios terem sido dirigidos ao marquês de Angeja, presidente da instituição, atitude comum nos trâmites administrativos da época. Os temas versam sobre questões rotineiras, como encaminhamento de requerimentos para parecer, além de outros assuntos como concessão de propriedades de ofícios, criação de vilas e de capelas e concessão de sesmarias. Outro tópico, a ser levado em consideração, é referente à grande porção de ofícios despachados diretamente à Mesa da Consciência e Ordens, perfazendo um número de 128, todos relacionados à obtenção de Ordens Honoríficas.

Tabela 1:
Destinatários Da Secretaria De Estado Dos Negócios Do Brasil (1808-1811)

	DESTINATÁRIOS	QUANTIDADE/ OFÍCIOS	TOTAL 100%
1	Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens	939	28.92
2	Ordens Honoríficas (concessão)	428	13.18
3	Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra	308	9.48
4	Juiz dos Feitos da Coroa e da Fazenda	268	8.25
5	Juiz e ouvidor da Alfândega	176	5.42
6	Casa Real	161	4.95
7	Eclesiásticos	141	4.34
8	Casa da Suplicação	130	4.00
9	Intendência Geral da Polícia	129	3.97
10	Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar	121	3.72
11	Tribunal do Conselho da Fazenda	110	3.38
12	Intendência da Marinha	44	1.35
13	Senado da Câmara	40	1.23
14	Mesa de Inspeção da cidade do Rio de Janeiro	30	0.92
15	Provedor da Casa da Moeda	27	0.83
16	Chancelaria-Mor do Brasil	26	0.80
17	Real Fazenda de Santa Cruz	18	0.55
18	Real Junta do Comércio	18	0.55

19	João Manoel da Silva (engenheiro)	15	0.46
20	Arsenal Real do Exército	14	0.43
21	Provedoria Mor da Saúde	13	0.40
22	Juiz Conservador da Nação Britânica	12	0.36
23	Inglese	12	0.36
24	Superintendente da décima	10	0.30
25	Hospital Real Militar	10	0.30
26	Real Erário	5	0.15
27	Impressão Régia	5	0.15
28	João Rodrigues da Costa	4	0.12
29	Oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil	4	0.12
30	Conde dos Arcos	2	0.06
31	Academia da Real Marinha	2	0.06
32	Fernando Carneiro Leão	2	0.06
33	Administrador da Real Quinta	2	0.06
34	Santa Casa da Misericórdia	2	0.06
35	Secretaria do Quartel General da Marinha	2	0.06
36	Manoel Caetano Pinto	1	0.03
37	Administrador da Armação de São Domingos	1	0.03
38	Governador e Capitão General da Capitania de Moçambique	1	0.03
39	Antônio Pedro Álvares Leão	1	0.03
40	Francisco Mauricio de Souza Coutinho	1	0.03
41	Paulo Jose da Silva Gama	1	0.03
42	D. Francisco de Assis Mascarenhas	1	0.03
43	Antônio Rodrigues de Miranda	1	0.03
44	José Joaquim de Matos	1	0.03
45	Juiz de Fora da Vila da Campanha da Princesa	1	0.03
46	Jose Xavier de Toledo	1	0.03
47	Jose Eloi Francisco	1	0.03
48	Cláudio Álvares de Andrade	1	0.03
49	João Rodrigues Pereira de Almeida	1	0.03
50	Aureliano de Souza e Oliveira	1	0.03
51	Luís Antônio Barradas	1	0.03
	TOTAL	3246	100

Fonte: ANRJ. Série Interior, códigos IJJ1 155 e IJJ1 1772.

Quanto ao que foi definido como concessão de ordens honoríficas, o segundo lugar no tópico dos destinatários, trata-se de ofícios dirigidos pelo Secretário, seja para os indivíduos que iriam receber a graça, seja para algumas personalidades ordenando os procedimentos necessários para a obtenção delas. Preferiu-se para fins de análise, reuní-los nessa definição, uma vez que, separadamente, perderiam seu efeito. Ainda que constem nessa lista dos remetentes, esse grupo de correspondências, somente ganhou significado num segundo momento do estudo, como se verá adiante.

O terceiro item da relação, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, a despeito de representar cerca de 1/3 dos ofícios enviados ao Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, deve se perceber no mesmo patamar de importância desse Tribunal. Isso porque esses dois órgãos concentraram os temas mais relevantes das primazias da administração joanina do momento. As precisões impostas pela guerra continental e a aliança com a Inglaterra, de um lado, e a importância de uma aproximação com as elites dirigentes da colônia, de outro, refletiram-se na excessiva correspondência da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil com ambas as esferas de governo.

Quanto aos demais, a concentração de ofícios nos nove órgãos subsequentes também não fora simples coincidência. Em todos os casos, os assuntos que perpassavam essas instituições relacionavam-se às prioridades administrativas, cujo objetivo era o assentamento da Corte nos trópicos. Boa parte da documentação despachada aos diversos juizes dos Feitos da Coroa e da Fazenda eram concernentes às aposentadorias, um assunto de extrema relevância nesses primeiros anos, pois se associava a localização de moradias para os portugueses e estrangeiros recém-chegados.⁷ Outro órgão que tratou de trazer as comodidades para transformar o espaço do Rio de Janeiro em uma cidade-corte foi a Intendência Geral da Polícia. Os ofícios dirigidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil revelam essa intenção, uma vez que boa parte deles é referente a obras, abertura de estradas, organização e manutenção da ordem pública e construção dos cemitérios dos ingleses.⁸

Sobre a Casa de Suplicação, ainda que a maioria dos ofícios seja de objetos rotineiros, ligados à análise de requerimentos, os conteúdos versam sobre questões associadas a querelas judiciais, as quais, com a transmigração da Corte, ganham espaço na correspondência.⁹ Já juiz e ouvidor da Alfândega, as relações com esse cargo eram provenientes da amplitude de movimento, que ganhou o porto do Rio de Janeiro nesse momento, sendo necessário manter a ordem e estabelecer os critérios de entrada e saída de mercadorias na Aduana, sobretudo, no tocante aos artigos ingleses, que necessitavam de regulações especiais, uma vez que tal prática de ingresso de artefatos estrangeiros não era permitida, até então.

Destacam-se, ainda, a Secretaria do Ultramar e o Tribunal do Conselho da Fazenda. Quanto à primeira, os ofícios são basicamente de rotina e de endereçamento de matérias relacionadas às demais colônias do Império. Já com relação ao segundo, os temas também são de assuntos rotineiros, ligados seja à organização do órgão, seja à solicitação de pareceres dos conselheiros sobre as petições encaminhadas. A despeito dos números elevados de ofícios despachados à Casa Real e ao que se convenciou reunir como Eclesiásticos¹⁰, nesse caso, não tinham tanto a ver com a acomodação nos trópicos. São temas inerentes à própria organização do Estado português, que é marcado pela religião e pela importância da sociedade de Corte em volta do príncipe.

Nesse intento de buscar os *sentidos* da administração joanina no Rio de Janeiro, partiu-se, num segundo momento da pesquisa, para a realização de um exame temático, descrevendo as matérias que perpassaram todo o período dos quatro primeiros anos, com o intuito de identificar, no centro dessa continuidade de assuntos ininterruptamente repetidos, quais eram

os sobressalentes. (ver tabela 2) Em meio ao grande número dos ofícios de rotina, termo utilizado para definir todos aqueles que se referiam ao encaminhamento de papéis e petições para análise de conteúdo, sem um significado peculiar que o representasse mais concretamente; verificou-se a existência de três vertentes políticas, que definiram os rumos da administração portuguesa nos trópicos, durante a fase inicial de estabelecimento da Corte: os *benefícios concedidos aos ingleses*, os quais, ainda que ligados a uma pauta das relações externas, foram centrais como tópico de intervenções nos ramos na política interna; a *confirmação e a concessão de sesmarias*: uma política territorial, mas que, no fundo, objetivava alcançar uma perspectiva mais ampla, seja o desenvolvimento da agricultura, dentro de propostas que visualizavam esse ramo, como aquele que levaria ao progresso do Estado, seja o povoamento do território, dentro das idéias sugeridas pelos intelectuais da época; e a *concessão de ordens honoríficas*, ainda que mais ligada ao campo das práticas sociais, destinou-se a uma aproximação da população nativa aos projetos da monarquia.

Tabela 2:
Temas Abordados Nos Ofícios Despachados Pela Secretaria De Estado Dos
Negócios Do Brasil (1808-1811)

	TEMAS	1808	1809	1810	1811
1	Abastecimento	1	-	-	-
2	Abertura dos Portos	2	-	2	2
3	Angola	8	2	-	-
4	Aposentadoria	49	58	63	72
5	Arrematação de contatos	3	1	2	3
6	Casa Real	20	5	9	1
7	Contrabando	1	5	-	-
8	Criação de Vila	1	-	-	3
9	Décima Urbana	2	-	-	-
10	Doações ao Estado	3	-	6	-
11	Eclesiásticos	1	-	3	3
12	Impressão Régia	1	1	2	1
13	Índios	2	-	2	2
14	Ingleses	80	38	38	31
15	Instrução	-	13	3	2
16	Manufaturas	11	1	4	4
17	Nomeações para postos no ofício régio	38	15	14	13
18	Obras	29	4	4	30
19	Organização/Estado	15	8	-	3
20	Concessão de Ordens Honoríficas	277	185	101	76
21	Organização Urbana	-	-	2	5
22	Prisões	3	-	7	5
23	Propriedade de Ofícios	33	23	10	7

24	Real Erário	-	-	3	1
25	Rotina	505	400	402	361
26	Sesmaria	33	25	21	21
	TOTAL	1118	784	698	646

Fonte: ANRJ. *Série Interior*, códigos IJJ1 155 e IJJ1 1772.

Ao longo do trabalho foi denotado que estes três temas, identificados como definidores de *sentido*, encaixavam-se, igualmente, nos assuntos relativos às duas instituições que mais se corresponderam com a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil: Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o que não foi considerado simplesmente como uma mera coincidência e, sim, como a reafirmação de uma política de governo, corroborando os argumentos da existência de um eixo definidor da ação política e administrativa do Estado joanino, durante os quatro anos iniciais de permanência no Brasil.

Para melhor compreender os meandros desta administração, utilizaram-se as definições que atentam para as relações políticas, como aquelas que se realizam a partir de um *conflito* de poder.¹¹ Da mesma maneira, perseguindo as questões levantadas pelo professor Francisco Falcon, sobre a importância de se perceber, nos estudos sobre administração, o outro lado da ação, no referente às recepções por parte da população a respeito das ações empreendidas pelo poder¹²; atentou-se para as tensões sucedidas no campo da política, no referente às críticas realizadas pelos negociantes brasileiros ao governo de d. João, em função das excessivas vantagens facultadas aos ingleses. A idéia foi verificar em quais indícios as censuras dos brasileiros estavam pautadas e se houve uma ação por parte da Coroa portuguesa, com intuito de mediá-las e/ou reduzi-las.

Com isso, considera-se que o entendimento da política joanina, no Rio de Janeiro, nos primeiros quatro anos de permanência da Corte no Brasil, somente se faz possível se for observado o embate no meio do qual ocorreu: se de um lado, a relevância de medidas de beneficiamento à Inglaterra fez-se presente, de forma a assegurar o território europeu do Reino e a pagar pelo auxílio desse país, na transmigração para a América; de outro; havia uma necessidade de se aproximar das elites dirigentes da colônia e de se instituir providências para o aditamento da indústria e da agricultura; de maneira a diminuir os prejuízos obtidos pelas vantagens concedidas aos ingleses e de buscar novas formas para melhorar a economia do Império, a partir de uma perspectiva econômica, que integraria melhor os quatro cantos das possessões portuguesas. Mas a relação com os vassallos da América perpassou por outras esferas que não apenas de âmbito econômico, como também social, daí a concessão de ordens honoríficas.

O papel da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, como representante do âmbito de atuação da política administrativa joanina, teve um caráter muito mais gerenciador do que propriamente executivo. Em diversos momentos da correspondência, denota-se a feição centralizadora e coordenadora dessa instituição, sempre atuando no intuito de organizar e estabelecer relações com as mais diversas esferas de poder existentes à época.

Referências Bibliográficas

“Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821”. In.: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 56. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros*. Bauru, SP:EDUSC, 2008.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de d. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2008.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- FALCON, Francisco José Calazans. "La lucha por el control del Estado: administración y elites coloniales en Portugal y Brasil en el siglo XVIII. Las reformas del despotismo ilustrado y la sociedad colonial." In.: Tandeter, Enrique (dir.) e Lehuedé, Jorge Hidalgo (co-dir.) *Historia General de America Latina*. vol.IV. Paris: UNESCO/ Editorial TROTTA, 2000, pp.265-283.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil: influência da diplomacia inglesa na formação brasileira*. São Paulo : Ed. Nacional, [1958].
- HESPANHA, António Manuel. *História das instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.
- MORAIS FILHO, Alexandre José de Mello. *História da transladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: Casa Imperial de E. Dupont editor, 1872.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa no Brasil". In.:HOLANDA, Sérgio Buarque de Hollanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol.1. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- RAMOS, Guerreiro. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- SUBTIL, José. "Governo e Administração". In.: José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Vol.4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol.2. Brasília: Ed. UNB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

¹ Sobre o papel centralizador da Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil ver: José Subtil. "Governo e Administração". In.: José Mattoso (dir.). *História de Portugal*. Vol.4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, p.178.

² "Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821". In.: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 56. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, p. 55, carta de 11/01/1812.

³ RAMOS, Guerreiro. *Administração e Estratégia do Desenvolvimento ...Op. Cit.*, p.65.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Para efeito da coleta de dados trabalhou-se com a documentação expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil depositada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ela é referente a dois códices do fundo *Série Interior*, IJJ1 155 e IJJ1 172, que tratam respectivamente dos anos de 1808/1809 e 1810/1811. Os documentos do códice IJJ1 170, concernentes ao ano de 1812 só têm início em maio, data que ultrapassa o marco simbólico utilizado como recorte para fins de análise, que é janeiro de 1812.

⁶ Optou-se por priorizar a junção das correspondências por instituições, deixando apenas os nomes dos indivíduos quando não se identificou os órgãos trabalhados. Nos casos em que a documentação não mencionava o cargo de determinados correspondentes, as dúvidas foram retiradas a partir do *Almanaque da cidade do Rio de Janeiro do ano de 1811*, o mais próximo/ e que engloba o período de trabalho. Observando-se sempre as dificuldades, e erros que frequentemente ocorrem nessa publicação.

⁷ Como se verá pela tabela 2, o tema aposentadorias ocupou o terceiro lugar da pauta dos assuntos dos ofícios expedidos por esse órgão, o que demonstra uma intensa necessidade de acomodar todos esses recém-chegados ao Rio de Janeiro. Sobre aposentadorias, ver: MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, pp.59-60; e PRADO, J. F. de Almeida. *D. João e o início da classe dirigente do Brasil. 1815-1819*. (Depoimento de um pintor austríaco no Rio de Janeiro). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, pp.286-288.

⁸ Para maiores considerações sobre esta instituição, ver: CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de d. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2008, pp.104-149.

⁹ Sobre a Casa de Suplicação, ver: GRINBERG, Keila. "Casa de Suplicação". In.: VAINFAS, Ronaldo e NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. (org.) *Dicionário do Brasil Joanino. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.75-77.

¹⁰ Reuniu-se nesse grupo todos os ofícios relativos a questões religiosas.

¹¹ MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996, p.13.

¹² FALCON, Francisco José Calazans. "La lucha por el control del Estado: administración y elites coloniales en Portugal y Brasil en el siglo XVIII. Las reformas del despotismo ilustrado y la sociedad colonial." In.: Tandeter, Enrique (dir.) e Lehedé, Jorge Hidalgo (co-dir.) *Historia General de America Latina*. vol.IV. Paris: UNESCO/ Editorial TROTTA, 2000, pp.265-283.